

**PROCESSO SELETIVO PARA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
E DA PROCURADORIA DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

ESTÁGIO FORENSE

01. A prova terá duração de 2(duas) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Tipo de Prova	Conteúdo	Nº de questões
Objetiva	Direito Civil	8
	Direito Constitucional	8
	Direito Processual Civil	4
Discursiva	Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Processual Civil	1

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Cada coisa tem sua hora e cada hora seu cuidado."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO** ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

PROVA OBJETIVA

DIREITO CIVIL

01. Acerca das pessoas jurídicas, é INCORRETO afirmar, à luz do Código Civil vigente, o seguinte:
- (A) não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade
 - (B) as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado
 - (C) as autarquias, inclusive as associações públicas, são pessoas jurídicas de direito público interno
 - (D) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado tem início com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro. Quando necessário, a inscrição deve ser antecedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo
02. Acerca da disciplina dos negócios jurídicos no Código Civil vigente, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) o silêncio de uma das partes jamais pode ser interpretado como anuência
 - (B) os usos do lugar da celebração do negócio jurídico são irrelevantes na interpretação deste
 - (C) as partes têm liberdade de pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos distintas daquelas previstas em lei
 - (D) os negócios jurídicos, como regra, devem ser celebrados por instrumento público, sob pena de serem inválidos
03. O Código Civil dedica um Capítulo aos defeitos do negócio jurídico. Sobre esse tema, assinale a alternativa INCORRETA à luz do Código Civil:
- (A) um dos defeitos do negócio jurídico disciplinados pelo Código Civil é o erro ou ignorância
 - (B) a ameaça do exercício normal de um direito e o simples temor reverencial não são consideradas coação
 - (C) se ambas as partes atuarem dolosamente, nenhuma pode alegar o dolo para anular o negócio, ou reclamar indenização
 - (D) a lesão se configura quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa
04. Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o Código Civil:
- (A) as partes podem, no exercício de sua autonomia privada, modificar os prazos de prescrição por acordo
 - (B) a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não tenha fixado prazo menor
 - (C) admite-se a renúncia à decadência fixada em lei
 - (D) a prescrição suspensa em favor de um dos credores solidários aproveita sempre os demais
05. É CORRETO afirmar, acerca das obrigações, na forma em que disciplinadas pelo Código Civil vigente, o seguinte:
- (A) a solidariedade não se presume; decorre da lei ou da vontade das partes
 - (B) ainda que todas as prestações se tornem impossíveis sem culpa do devedor, não há que se falar em extinção da obrigação
 - (C) como regra, a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios que não sejam expressamente mencionados
 - (D) não é permitido que as partes pactuem obrigação de dar coisa incerta. Caso o façam, o negócio jurídico será nulo
06. A respeito da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:
- (A) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro
 - (B) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito
 - (C) a lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família
 - (D) nas esferas administrativa, controladora e judicial, serão considerados os valores jurídicos abstratos em detrimento das consequências práticas da decisão
07. Em relação à (in)capacidade civil prevista no ordenamento jurídico brasileiro, marque a alternativa CORRETA:
- (A) os pródigos são absolutamente incapazes
 - (B) são relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxico
 - (C) a capacidade de fato é usualmente definida como a aptidão para adquirir os direitos na vida civil
 - (D) a capacidade de direito é a faculdade concreta para o indivíduo exercer, por si próprio, os direitos, sem que haja necessidade de ser assistido ou representado
08. De acordo com a doutrina tradicional, fato jurídico é o acontecimento em virtude do qual começam, se modificam ou se extinguem as relações jurídicas. A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA:
- (A) os atos jurídicos em sentido estrito não dependem da intenção do agente para a produção de efeitos jurídicos
 - (B) são excludentes da ilicitude dos atos: os praticados em legítima defesa, no exercício regular de um direito ou em estado de necessidade
 - (C) atos-fatos jurídicos são atos humanos em que a vontade do agente é levada em consideração para que haja a produção de efeitos jurídicos
 - (D) são elementos do ato ilícito: conduta culposa (culpa ou dolo) do agente, dano e nexo de causalidade entre a conduta e o dano

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. A Administração Pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nesse sentido, assinale a alternativa que se coadune com o texto magno:
- (A) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos
 - (B) é permitido ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento da isonomia
 - (C) não se admite a prorrogação do prazo de validade de concurso público
 - (D) os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedada a participação de estrangeiros
10. A Constituição da República preceitua ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Trata-se, portanto, de norma de eficácia:
- (A) limitada
 - (B) contida
 - (C) plena
 - (D) ilimitada
11. Em 2023, Maria ingressa nos quadros funcionais do Município X, em virtude de aprovação em concurso público de provas e títulos. Indique a alternativa correta sobre a efetividade e a estabilidade de servidores públicos, tendo em conta o caso narrado:
- (A) efetividade constitui atributo do cargo e requisito para a estabilidade
 - (B) efetividade depende de prévia aquisição da estabilidade no cargo
 - (C) estabilidade é atributo do cargo e pré-requisito para a efetividade
 - (D) efetividade depende da aprovação no estágio probatório
12. À luz dos preceitos inscritos na Constituição da República, no que tange aos Municípios, é possível afirmar:
- (A) o critério estabelecido para o número máximo de vereadores das Câmaras Municipais corresponde ao número de eleitores
 - (B) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (C) o total da despesa com a remuneração dos vereadores independe da receita do Município
 - (D) a apreciação e exame das contas municipais incumbe unicamente aos órgãos de controle externo

13. Com relação ao controle de constitucionalidade, identifique as assertivas corretas:

- I. A ação de descumprimento de preceito fundamental tem por objeto apenas leis estaduais e federais.
 - II. É desnecessária a oitiva do Advogado-Geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade.
 - III. Não há prazo prescricional ou decadencial a ser observado para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
 - IV. Em uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, o Supremo Tribunal Federal poderá, de forma cautelar, suspender processos judiciais ou procedimentos administrativos.
- (A) I, III e IV
 - (B) I e II
 - (C) II e III
 - (D) II, III e IV

14. O Prefeito do Município X deseja instituir uma região metropolitana com os Municípios Y e Z, para planejar e executar funções públicas de interesse comum. Sobre o informado, é correto afirmar que:

- (A) o Prefeito detém a iniciativa privativa para propor a lei ordinária que, se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, instituirá a região metropolitana
- (B) a região metropolitana pode ser instituída por decreto
- (C) o Estado em que localizados os Municípios possui a competência para instituir região metropolitana, mediante lei complementar
- (D) a instituição de regiões metropolitanas constitui competência exclusiva da União

15. Indique a alternativa que contemple matéria cuja iniciativa privativa para apresentação de projeto de lei é reservada ao Chefe do Poder Executivo:

- (A) trânsito e transporte
- (B) telecomunicações
- (C) benefícios fiscais
- (D) regime jurídico de servidor público

16. São fundamentos da Constituição do Brasil, exceto:

- (A) dignidade da pessoa humana
- (B) pluralismo partidário
- (C) autodeterminação dos povos
- (D) valores sociais do trabalho

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. O prazo para o Município apresentar contestação no procedimento comum, conforme o CPC, é:

- (A) 15 dias úteis
- (B) 10 dias úteis
- (C) 30 dias úteis
- (D) 30 dias corridos

18. A petição inicial é a peça inaugural do processo. Em razão de tal fato, é necessária a indicação de certos requisitos essenciais para que seja apta a ensejar o exame do pedido. Aponte o requisito que NÃO é essencial para tanto:
- (A) o nome da ação
 - (B) o valor da causa
 - (C) o pedido e suas especificações
 - (D) o nome da parte contrária, endereço, profissão e estado civil
19. Sobre recurso, é correto afirmar:
- (A) impede a eficácia da decisão
 - (B) cabe recurso de despacho
 - (C) o recorrente não pode desistir do recurso
 - (D) pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e Ministério Público
20. Acerca dos princípios reguladores do Processo Civil, é correto afirmar que:
- (A) o princípio da cooperação exige que todos contribuam para que se obtenha uma decisão célere no processo, ainda que não seja de mérito
 - (B) a isonomia processual é um princípio com fonte constitucional que garante às partes paridade de tratamento no âmbito do processo
 - (C) os métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por todos os sujeitos processuais, mas restringem-se ao momento anterior ao início do processo judicial
 - (D) a duração razoável do processo assegura uma solução em tempo adequado a todas as demandas, mas não se aplica ao cumprimento de sentença

PROVA DISCURSIVA

Elaborar uma redação, optando por apenas um dos temas indicados abaixo, desenvolvendo um texto dissertativo, de no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas.

Na folha de textos definitivos, o número do tema de escolha deverá ser escrito por extenso no espaço superior a linha 1.

Tema 1. Discorra sobre o princípio do contraditório à luz da Constituição Federal, abordando seus aspectos formal e material no Processo Civil

Tema 2. Discorra sobre limitações ao poder de reformas à Constituição da República de 1988.

Tema 3. Sobre os bens, particulares e públicos, aos quais o Código Civil de 2002 dedicou um Livro próprio, responda justificadamente os itens abaixo:

- a) Uma das classificações dos bens é a que os divide em bens móveis e imóveis. Qual a definição de cada um deles segundo o Código Civil?
- b) Qual a definição de bens públicos de acordo com o Código Civil?
- c) O que são bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais? Defina e, após, ilustre com três exemplos.
- d) Na qualidade de Procurador do Município, quais argumentos de defesa utilizaria em ação que objetivasse o reconhecimento de usucapião de bem público municipal por particular? Considere que, no caso, a ocupação da área pública se deu sem autorização expressa e legítima do titular do domínio.